

**Veículo:** *O Estado de S.Paulo* – coluna Espaço Aberto

**Data:** Outubro/2003.

## **Novos dilemas, novas esperanças**

*Fernando Henrique Cardoso*

O mundo vive hoje uma enorme contradição. Ao mesmo tempo em que se fortalecem os laços do que alguns chamam de uma sociedade civil planetária, a super-potência americana atua como se houvesse um único estado no planeta.

Por certo, os processos básicos de mudança que dão lugar a estes dois movimentos são os mesmos. Estão associados à revolução tecnológica nos meios de comunicação e de transporte, que permitiu a formação da economia global.

A quebra das fronteiras, mentais e físicas, para a troca de idéias, a circulação dos meios financeiros, a movimentação das mercadorias (esta assimétrica) e, até certo ponto, das pessoas, bem como a concentração de recursos tecnológicos e de capital em alguns países, fez o mundo parecer uma imagem de caleidoscópio.

Seria plausível esperar que esses fatores levassem à criação, antecipada por muitos, de uma aldeia global. Mas se olharmos para como esses fatores interagem no dia-a-dia, tudo se passa de modo mais parcial e assimétrico.

Parcial porque os laços que juntam os elementos dispersos da sociedade planetária não derivam de um pacto entre as nações e nem mesmo entre os estados. E assimétrico porque não dissolvem as antigas potências formadas pela concentração de poder, causada pela acumulação financeira e tecnológica.

De qualquer modo, o efeito dessas transformações sobre os vínculos de sociabilidade e sobre as possibilidades de ação política é grande. As mobilizações anti-intervenção no Iraque, as postulações ambientalistas em nível mundial, os acordos entre cidades, a comunhão que se vê entre movimentos populares (por ex., as "vias campesinas") e toda

uma gama de percepções intelectuais e de apreciações valorativas que unificam grupos, segmentos sociais e pessoas dispersas pelo mundo é um fato inegável. Assim como é inegável que se forma também uma "sociedade incivil", composta pelas máfias, terrorismos, traficantes de armas, mulheres e drogas, interligados globalmente.

Ou seja, estamos assistindo à formação de laços supranacionais que tanto geram e amplificam a crítica à pobreza, à concentração de rendas, às barreiras tarifárias de proteção de mercados dos países ricos etc., como criam novas formas de comportamento anti-social. Não se trata portanto da emergência da "boa sociedade" universal, mas do alargamento das formas e do alcance da sociabilidade entre os seres humanos, em função da globalização, da produção capitalista e do desenvolvimento tecnológico.

Há também um descompasso entre o ordenamento político existente, ainda refém do princípio da soberania, e as novas formações econômicas e sociais. Aquele, desde alguns séculos, só legitimava a ação coercitiva pelo exercício do poder estatal. Hoje, como não existe um novo pacto entre os estados ou entre as nações que assegure um governo global, surgem formas privadas de reconhecimento de outros tipos de "autoridade". Isto é, de reconhecimento do direito à voz e até mesmo à obediência por parte de atores não estatais.

É esta contradição entre o que os marxistas chamariam de "super-estrutura jurídica" (ideológica) e as formas correntes de produzir e de existir socialmente que aparece como problemática. E assim aparece tanto para os que sonham com um mundo mais equitativo quanto para os que se preocupam mais com a ordem (a segurança) do que com a justiça e, talvez, o progresso econômico.

No primeiro caso, um bom exemplo é o que está ocorrendo com as Nações Unidas. Ao mesmo tempo em que as forças da ordem se despreocupam com a questão da legitimidade (a invasão do Iraque impunha-se em nome da segurança, com ou sem o aval do Conselho de Segurança), as Nações Unidas começaram a discutir internamente qual o papel dos atores não estatais (ONGs, empresas, autoridades locais, parlamentares, enfim, uma pletera desigual de atores postos juntos sob a rubrica pouco rigorosa de "sociedade civil") em uma organização formada basicamente por estados.

No segundo caso, este problema aparece como um novo dilema americano, bem diverso

do que foi descrito por Gunnar Myrdal: transformar-se ou não de super-potência em hiper-potência, que a todos impõe sua força. Ou seja, mesmo que eventualmente possa contar com a anuência e a colaboração de outros países, atua sozinha para garantir sua "segurança". Como esta é definida em espectro amplo e com base em uma visão quase teológica, o inimigo pode estar em toda parte, aquém ou além fronteiras. A prevalecer esta atitude estaríamos assistindo ao surgimento de percepção panóptica do perigo (a modo de Foucault) e, portanto, à iminência da "necessidade de intervenção" (que será vista pelos demais povos como um permanente risco de ingerência).

O desdobramento desse antagonismo entre a emergência da "aldeia global" e os riscos de uma "prisão planetária" desdobrar-se-á por longos anos e não tomará necessariamente a forma caricatural de choque inevitável como estou apresentando. Mas haverá muitos choques e desdobramentos de cuja sorte dependerá a ventura do século vinte e um.

Por isso mesmo, não é irrelevante para a teia planetária da nova sociabilidade, assim como para os estados nacionais, a forma que este dilema tomará na sociedade americana. Esta, embora dominadora e às vezes arbitrária como ator global, é internamente democrática. Sofre, por consequência, os efeitos de sua opinião pública, que se deixa influenciar pelo que ocorre no mundo. As mortes de soldados americanos depois do "fim" de guerras de natureza infundável no Afeganistão e no Iraque, abalam prestígios e põem em causa o modo maniqueísta de definir a segurança.

Há, naturalmente, interesses e valores na vida da hiper-potência que não mudam com as mudanças de governo. Mas há também percepções e visões do mundo que podem ser afetadas pelas mudanças ocorridas na opinião pública e com mais forte razão quando essas mudam o voto e os governos. Tudo isso pode afetar a condução da política internacional e até mesmo as chances de uma melhor governança global.

É cedo para prever o que acontecerá nas próximas eleições americanas. Mas é inegável que a percepção do perigo começa a alterar-se. A insistência nos valores da privacidade, das liberdades civis e da democracia, que pareciam anestesiados no debate público até há pouco, começa a voltar à cena. E, como sói ocorrer nas contendas políticas, quando a oposição surge, os valores do governo são logo pintados com as cores do diabo. Deste,

em geral, os povos preferem distância. A quase inevitabilidade da reeleição dá lugar a uma possibilidade de mudança de rumo.

Tomara que estes primeiros sintomas dêem margem à aceitação de valores cosmopolitas que reativem a luta por uma melhor sociedade global.